

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**O CONCEITO DE DEMOCRACIA ENTRE  
ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

**ARTIGO**

**Carlos Alberto Kalinovski Hoffmann**

Santa Maria, RS, Brasil  
2014

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Departamento de Ciências Administrativas  
Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal**

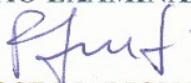
A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova o artigo científico de Especialização

**O CONCEITO DE DEMOCRACIA ENTRE ESTUDANTES  
UNIVERSITÁRIOS**

elaborada por  
**CARLOS ALBERTO KALINOVSKI HOFFMANN**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão Pública Municipal**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

  
**PASCOAL JOSE MARION FILHO, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

  
**GUERINO ANTONIO TONIN, Dr. (UFSM)**

  
**PAULO SERGIO CERETTA, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 19 de julho de 2014

# O CONCEITO DE DEMOCRACIA ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

## THE CONCEPT OF DEMOCRACY AMONG UNIVERSITY STUDENTS

Carlos Alberto Kalinovski Hoffmann<sup>1</sup>  
Pascoal José Marion Filho (orientador)

### Resumo

*O objetivo deste artigo é avaliar o significado de democracia e seus valores entre estudantes universitários. A importância desse tema se dá em função da centralidade da política em nossa sociedade e de seu papel como fio garantidor da liberdade individual. A partir de uma coleta de dados através de questionários fechados com estudantes de Porto Alegre e Camaquã, no Rio Grande do Sul, foi analisada como os calouros do curso de Ciências Sociais da UFRGS e de Administração da FUNDASUL entendem o conceito, valores e princípios atinentes a democracia. Ao final, há uma avaliação crítica do tema, que traz o que os universitários em seus grupos e no geral entendem como valores democráticos e a sua aderência maior ao regime democrático em oposição à ditadura, além de sugestões de novas proposições de pesquisa a partir do tema em foco.*

**Palavras-chave:** democracia, política, universitários, Porto Alegre, Camaquã.

### Abstract

*The purpose of this article is to evaluate the meaning of democracy and its values among college students. The importance of this issue is a function of the centrality of politics in our society and its role as guarantor of individual liberty. From a collection of data through closed questionnaires with students of Camaquã and Porto Alegre cities, in Rio Grande do Sul, was analyzed as how freshmen of Social Sciences course at UFRGS and Administration course at FUNDASUL understand the concept, values and principles relating to democracy. At the end, there is a critical review of the subject, which meant that university students in their groups and generally understand democratic values and its greater adherence to democratic rule in opposition to the dictatorship, as well as suggestions for further research propositions from the theme in focus.*

**Key-words:** democracy, politics, university students, Porto Alegre, Camaquã.

## 1. Introdução

A globalização e a velocidade de mudança do mundo atual são vistas de forma clara até para quem não reflete sobre estas questões. Os acontecimentos sociais e políticos ao redor do mundo acontecem a partir de uma nova realidade interconectada e global, e onde o indivíduo ganha importância e relevância a partir do seu pensamento e conexões. É neste contexto atual que se forma o *homo politicus*, segundo Schmidt (2001).

Arendt (2004) cita que a política é uma necessidade imperiosa para a vida humana e para a sociedade e estudá-la se torna relevante. Neste sentido, compreender como a sociedade entende o conceito de democracia é contribuir para o que Baquero (2011) conceitua como cultura política. Este relativismo das instituições políticas, relatado por Baquero (2011), aumenta a importância para o entendimento da cultura política no que se refere ao contexto

---

<sup>1</sup> Especialista lato sensu em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria, em Política e Sociedade pelo Centro Universitário Barão de Mauá e em História e Cultura Afro-brasileira pela Universidade Cândido Mendes. Também Professor, Administrador e Analista de Sistemas. [professor@carloshoffmann.com.br](mailto:professor@carloshoffmann.com.br).

social. Desta forma, o tema da cultura política, segundo Fedozzi (2008), e sua relação com o regime político, faz parte do pensamento político clássico, moderno e contemporâneo.

O indivíduo, em um contexto social, agrupa-se e se constitui. As “multidões inteligentes”, nomeado por Rheingold (apud UGARTE, 2008), surgidas a partir de toda nova ordem de movimentos sociais distribuídos, pensam, geram ideias a partir de valores, definem crenças e produzem ações. Ainda, Moisés (2010b) afirma que a democracia, em uma visão temporal, é um fenômeno político recente no Brasil, sendo esta uma razão suficientemente forte para pesquisar sobre o que pensam os cidadãos acerca do regime democrático. Desta forma, entender os conceitos sobre a democracia é entender o contexto e cultura política a partir das pessoas, seus valores, crenças e conceitos valorizando o saber e agir do ator social.

Neste sentido, a atitude e entendimento dos cidadãos sobre a democracia é de real importância uma vez que:

Um regime democrático só está consolidado quando uma forte maioria da opinião pública acredita que os procedimentos e as instituições democráticas constituem o modo mais apropriado de governar a vida coletiva numa sociedade como a deles, e quando o apoio a alternativas anti-sistêmicas é pequeno ou isolado da atitude predominante entre as forças pró-democráticas. (LINZ; STEPAN, 1996, p. 6).

Em um contexto de política como sinônimo de liberdade, conforme Arendt (2004), a democracia é o alicerce deste conceito. Na Grécia antiga, Platão (1955) já despertava para a necessidade de os jovens adquirirem as qualidades humanas necessárias para o desenvolvimento de bons políticos, e Aristóteles (1950) se preocupou em demonstrar a relevância em se construir constituições espelhadas no caráter de sua população. Portanto, constructos tão centrais não podem ficar de fora de um debate sobre a cultura política.

As dificuldades que uma parte da população tem ao tentar definir o conceito de democracia são atreladas aos limites que estas pessoas possuem da compreensão do mundo da política graças ao baixo interesse por ela, a pouca centralidade referente às diferentes dimensões do sistema político e, principalmente, ao baixo índice de escolarização ou de educação formal (NEUMAN, 1986). Moisés (2010b) ainda cita, a partir de vários autores que:

Em si mesmo, o conceito de democracia envolve diferentes conteúdos, formulados e articulados no longo processo histórico de sua formação, os quais resultaram na variedade de significações que ele tem hoje, mas, como é evidente, eles não se opõem ou se anulam. Não é tão simples, então, mesmo para os segmentos mais escolarizados, oferecer de pronto uma definição capaz de sintetizar as diversas significações que o conceito adquiriu ao longo de séculos de desenvolvimento da tradição democrática. Embora pesquisas anteriores tenham, às vezes, sugerido que existe um sentido comum na compreensão geral do termo pelo público, estudos recentes envolvendo países que se democratizaram nas últimas décadas mostraram que as compreensões do conceito de democracia variam bastante entre as nações e entre os seus públicos, sem envolver um padrão único ou completamente definido. (BRATTON; MATTES; GYIMAH-BOADI, 2004; CAMP, 2001).

Neste contexto, saber mais sobre o que a democracia significa e é entendida pelos universitários porto-alegrenses e camaquenses, é contribuir para a cultura política deste contexto e, também, para a contínua construção deste campo teórico, importante dentro da teoria geral das ciências políticas e sociais. Portanto, o que a pesquisa tem como questão base e se propõe a investigar acerca das conceitualizações e valorações dos estudantes universitários porto-alegrenses e camaquenses sobre democracia entendendo de forma coletiva o conceito exarado nas manifestações dos indivíduos, confrontando as ideias surgidas com a literatura clássica e a partir de Moisés (2010b) e avançando na comparação destes conceitos entre as realidades distintas dos grupos sociais.

Segundo Moisés (2010b), um dos autores da metodologia ao qual o questionário

aplicado nesta pesquisa teve como base, no Brasil, as pesquisas sobre cultura política, as opiniões e as ações quanto a democracia tem sido medidas normalmente por perguntas fechadas ou estruturadas que citam a palavra democracia. Ainda, segundo o mesmo autor (2010b, p. 280):

A alternativa mais comum usada no país (MOISÉS, 1995; MENEGUELLO, 2007) é a utilizada também na Europa e na América Latina (neste caso, pelo Consórcio Latinobarometro), e leva em conta a memória do público dos regimes autoritário e democrático com o objetivo de captar, ao mesmo tempo, a escolha por um deles ou a indiferença dos entrevistados diante de alternativas que se referem a diferentes experiências históricas e legados político-culturais.

Desta forma, para esta pesquisa, e como mostra Moisés (2010b), foram propostas questões fechadas que instigavam os entrevistados a dizer a que princípios, direitos e valores eles vinculavam a noção de democracia. A intenção, desta forma, foi testar com a menção de elementos conceituais estruturados a percepção dos estudantes quanto a diferentes dimensões do regime democrático. Segundo Moisés (1995), o apoio da sociedade à democracia no país, a partir do contexto de saída do regime autoritário na década de 1980, seria algo relevante para se avaliar adequadamente no que se refere às estratégias de consolidação e a formação da legitimidade democrática. Ainda, assim como em Moisés (1995; 2010b), é importante conhecer os conteúdos aos quais a população vincula o conceito de democracia e seus valores fundamentais.

A primeira cidade escolhida para a pesquisa é a capital de onde o Orçamento Participativo ganhou o mundo, a Porto Alegre do Estado do Rio Grande do Sul, cidade de 1.409.351 habitantes (IBGE, 2014) e sede da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (universidade pública federal). A sua cultura política única, histórico de construção cidadã e participativa e suas características sociais heterogêneas fazem com que esta seja uma escolha natural. Também foi escolhida a cidade de Camaquã, ao sul do Rio Grande do Sul, de 62.764 habitantes e sede da Fundação de Ensino Superior da Região Centro-Sul – FUNDASUL (faculdade privada).

O objetivo deste artigo é avaliar o significado de democracia e seus valores entre estudantes universitários. Neste sentido, busca-se, mais detalhadamente, avaliar a aderência dos entendimentos a serem encontradas com a literatura clássica sobre democracia e verificar como os participantes (estudantes da FUNDASUL de Camaquã – RS e da UFRGS de Porto Alegre - RS) constroem o conceito de democracia a partir de um questionário com questões fechadas do Latinobarómetro (2011) e de Moisés (2010b).

Para o intento já referido, o artigo está estruturado, para além da introdução, pela segunda sessão, de referencial teórico, passando pela terceira, de método de pesquisa, a quarta, de apresentação e discussão dos resultados (subdividida em perfil dos sujeitos investigados e as conceituações dos universitários porto-alegrenses (UFRGS) e camaquenses (FUNDASUL)), a quinta, de considerações finais e, por fim, de referencial bibliográfico.

## **2. Referencial teórico**

A teoria da democracia cresceu em seu desenvolvimento nas últimas décadas a partir da fatura de modelos teóricos distintos. Não há uma única teoria da democracia, mas sim distintas teorias da democracia (MARTINS, 1997). Para iniciar o debate, Schmidt (1996) sugeriu uma tipologia que distingue quatro grandes famílias de teorias da democracia, a saber: (1) teorias centradas nos processos; (2) teorias centradas nas instituições e formas de constituições democráticas; (3) teorias orientadas para a entrada (*input*) e saída (*output*) como resultado de síntese das três dimensões do político (forma, processo e conteúdo); (4) teorias

centradas nos pressupostos funcionais da democracia e nas condições de transição para a democracia (MARTINS, 1997, p. 86).

De acordo com Sartori (1994), as democracias modernas dependem de três fatores: (1) poder limitado da maioria, (2) processos eleitorais e (3) transmissão do poder entre os representantes políticos. Silva (2011) elabora duas premissas essenciais quanto ao conceito de democracia, ao afirmar que, basicamente, é imperativo ver a democracia como sendo um conjunto sinérgico e integrado de peças e mecanismos que assim devem funcionar e também que a ela precisa ser entendida como um sistema que se ampara sobre normas, regras e deontologia própria.

Etimologicamente falando, a palavra democracia, primeiramente utilizada no século V a.C. pelo historiador grego Heródoto, significa demos - povo e kratein – governar (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996), ou seja, o governo do povo, onde povo é entendido como o princípio da maioria limitada (SCHUMPETER, 1961). Segundo Sartori (1994), democracia representa um sistema vinculado ao princípio de que ninguém pode se autoproclamar governante, ninguém pode assumir em seu próprio nome um poder irrevogável e ninguém detém “propriedade” sobre o poder. Ainda, acerca da doutrina clássica da democracia, Schumpeter (1961, p. 300) define que “o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade”. Schumpeter argumenta que:

Democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governá-lo. Mas como o povo também pode decidir isso de maneira inteiramente não-democrática, temos de estreitar nossa definição, acrescentando mais um critério que defina o método democrático, ou seja, a livre competição entre líderes potenciais pelo voto do eleitorado. Ora, pode-se exprimir um aspecto dessa questão dizendo que a democracia é o controle sobre o político. (SCHUMPETER, 1961, p. 355).

Pinto (2004, p. 37) coloca de forma pedagógica que um regime democrático “existe onde existem eleições regulares, não fraudulentas, liberdade de expressão, imprensa livre e partidos políticos funcionando sem nenhum empecilho”, além do controle social por parte do cidadão. Já Gugliano (2004, p. 260), a partir da análise de um conjunto de autores, resume a democracia como sendo “um regime ou sistema político baseado num conjunto de normas prescritas para governantes e eleitores que visam regulamentar a escolha dos segmentos que deverão, por período previamente acordado, gerir a estrutura do Estado”.

Vitullo (1999, p. 31) cita a democracia como o “único sistema legítimo de governo, em nome do qual todos governam”. Bobbio (1986, p. 84) ainda reitera o caráter normativo da democracia afirmando que “se entende por democracia como sendo um conjunto de regras [...] que permitem a mais ampla e mais segura participação da maioria dos cidadãos, seja na forma direta ou na forma indireta, nas decisões políticas, ou seja, nas decisões que interessam a toda a coletividade”. Morlino (1986) completa definindo democracia como sendo um conjunto de estruturas e procedimentos, explícitos e determinados previamente, sobre a resolução pacífica dos conflitos recorrentes e contínuos. Já Ghanem (2004, p. 21) cita que:

A democracia é o reconhecimento desse processo político, de sua abertura e de sua transparência. Ela é necessária devido à pluralidade de interesses que se formam e à existência de conflitos insuperáveis de valores. A democracia é o meio político de salvaguardar a diversidade social e cultural dos membros da sociedade nacional ou local [...].

Em um contraponto, Dahl (1997) diferencia o conceito de democracia, criando outro, anterior qualitativamente chamado de poliarquia. Por poliarquia o autor entende que sejam

“os regimes relativamente democratizados, ou seja, dotados de caráter inclusivo e aberto à contestação pública” (p. 31). Já o termo democracia é visto como “um sistema político que tem, em suas características, a qualidade de ser inteiramente ou quase inteiramente ‘responsivo’”, atendendo às preferências de todos seus cidadãos (p. 25-26). Desta forma, democracia representa o ideal, o ápice e o termo poliarquia se refere aos regimes democráticos reais que existem com todos os seus problemas práticos.

Conceitualmente, a democracia está dividida em uma vertente que postula a sua adoção como meio para legitimar a soberania popular e uma segunda que afirma que a sua função maior é a de garantir a liberdade do debate político (TOURAINÉ, 1996). Segundo Gonçalves e Cândido (2010, p. 161), “ao legitimar direitos individuais, o sistema democrático contribui para o entendimento de que todos os cidadãos podem e devem participar das decisões da administração pública”. Desta forma, em relação aos modelos de estruturação teórica da democracia, se explicita aqui, sem esgotar em si mesmos, a vertente deliberativa, representativa e participativa.

O modelo de democracia deliberativa defendido por Habermas (1995 apud MARTINS, 1997) pressupõe uma imagem do Estado e da sociedade diferente dos modelos de referência com a visão centrada no Estado (modelo liberal e modelo republicano), favorecendo uma imagem descentrada da sociedade. O conceito de Habermas aponta para a necessidade de as instituições democráticas estarem de tal modo organizadas e estruturadas que o discurso-argumentativo possa emergir como via de resolução dos conflitos provocados pelas rupturas e dificuldades de comunicação em uma comunidade em particular. As normas e decisões políticas só podem obter legitimidade pelo fato de poderem ser questionadas e aceitas num discurso de cidadãos livres e iguais e não a partir da soma das escolhas individuais dos cidadãos ou, no outro extremo, da “vontade geral” (MARTINS, 1997, p. 91). Ao pregar a democracia como uma forma de promover justiça e inclusão, Young (2000) pauta o conceito de democracia deliberativa, assim definida:

No entendimento deliberativo da prática democrática, democracia não é apenas um meio pelo qual cidadãos podem promover seus interesses e colocar o poder dos governantes em xeque. Ela também significa uma forma coletiva de resolver os problemas, e que depende, para sua legitimação e bom andamento, da crítica de opiniões diversas de todos os setores da sociedade. (YOUNG, 2000, p. 6).

Luchmann (2002, apresentação) afirma, diferenciando o conceito das formas elitistas e realistas, que a “democracia deliberativa constitui-se como um modelo ou processo de deliberação política caracterizado por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva [...]” e que se ancora na ideia de que a legitimidade das decisões e ações políticas é resultado da discussão pública coletiva de cidadãos livres e iguais. Ainda, complementa Luchmann (2002, p. 1) dizendo que:

[...] a democracia deliberativa constitui-se como um modelo ou ideal de justificação do exercício do poder político pautado no debate público entre cidadãos livres e em condições iguais de participação. Diferente da democracia representativa, caracterizada por conferir a legitimidade do processo decisório ao resultado eleitoral, a democracia deliberativa advoga que a legitimidade das decisões políticas advém de processos de discussão que, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem-comum, conferem um reordenamento na lógica de poder tradicional.

Assim, a democracia representativa, em princípio, pode ser relacionada aos defensores da democracia como sinônimo de corrida eleitoral, mesmo não havendo consenso acadêmico em relação a esta questão, conforme ilustra Ribeiro (2012) em sua pesquisa.

No que se refere aos locais onde a democracia deliberativa toma forma prática, Avritzer (2000) postula que estes seriam os fóruns, os conselhos e o orçamento participativo, no caso do Brasil, os Panchaiats, no caso da Índia, e os arranjos deliberativos que tratam das políticas ambientais, no caso dos Estados Unidos da América, já que eles partilham das três características principais para que a argumentação deliberativa ocorra, a saber: (1) designação de um espaço decisório por parte do Estado para que ocorra a participação pública e ampla; (2) a informação pertencente aos atores sociais e que é importante para uma deliberação de governo é socializada ou tornada pública, por regra; e (3) inovação institucional a partir da valorização da diversidade, experimentação e partilha de resultados.

Desta feita, Gutmann e Thompson (2007, p. 35) distinguem o conceito de deliberação do conceito de democracia deliberativa, afirmando que “a deliberação deve terminar em uma decisão, mas a democracia deliberativa não especifica, por si só, um único processo para se chegar a uma decisão final. Ela deve se apoiar em outros processos, mais notavelmente no voto, que não são propriamente deliberativos”.

Como um contraponto, Luchmann (2002) se posiciona criticamente contra o modelo deliberativo de democracia ao rever diversos autores que apontam para o fato de que o debate pautado na promoção da justiça social não é garantida pela simples participação dos cidadãos na esfera pública devido ao risco de elitização participativa e/ou da falta do espírito em prol do interesse comum gerados a partir de questões como a desigualdade social, cultural, educacional, organizacional, interesses conflitantes, dentre outros.

Como um aperfeiçoamento do modelo democrático discursivo de Habermas (1995), a democracia participativa se propõe a ser um modelo no qual os cidadãos deliberam e controlam as políticas públicas conjuntamente com o Estado, já que os canais comunicativos, representados nos diferentes tipos de fóruns de participação popular, desembocam num aprimoramento dos processos de decisão públicos e, portanto, fortalecem as novas bases para a legitimação das ações do Estado (GUGLIANO, 2004). Pinto (2004) resume democracia participativa como sendo a participação direta da sociedade civil dentro do Estado.

A respeito das características da formação da democracia participativa, Gugliano (2004) elenca a necessidade de haver disposição dos governos em compartilhar com a sociedade civil os espaços de poder que correspondem ao Estado e de se criar espaços de comunicação que articulem representantes da esfera estatal e da sociedade civil com o objetivo de estabelecer um canal de mediação entre os diferentes atores sociais. Segundo Souza (2010), a democracia participativa tem pilar de sustentação a defesa da participação direta dos cidadãos no processo de tomada de decisão.

A criação de espaços públicos próprios e a confluência entre os deveres do Estado e as demandas da população legitima as ações do governo a partir do reconhecimento da sociedade e tudo isto é viabilizado a partir da adoção de modelos de gestão baseados na democracia participativa e deliberativa. A partir desta abertura de espaço para a participação das pessoas, o “poder público avança no sentido de estender à sociedade a responsabilidade de gerir políticas públicas condizentes com os problemas sociais causados, em tese, pelo distanciamento histórico entre os que produzem e os que se beneficiam das mesmas” (GONÇALVES; CÂNDIDO, 2010, p. 163). Já segundo Fedozzi (2008, p. 12), as experiências de democracia participativa vêm acontecendo no Brasil, em geral, “por meio de arranjos institucionais diferentes, seja quanto a divisão real do poder entre o Estado e os atores da sociedade civil, seja quanto à amplitude da participação em termos de setores incluídos/excluídos e também quanto aos temas discutidos”. Gugliano (2004, p. 277) afirma que:

O principal ganho com este modelo participativo é a aproximação da democracia da vida cotidiana e sua inserção em novos espaços de convivências entre os cidadãos (o

bairro, a escola, o clube, as moradias, etc.) que potencializam a discussão sobre a democratização de esferas extra-estatais.

Desta forma, segundo Soares Balestero (2012), é importante a prática de mecanismos participativos por parte dos cidadãos, possibilitando a sua inclusão política calcada no agir comunicativo e nas características de constituição do político.

Criticamente, Pinto (2004) coloca em debate a atual fragilidade da democracia, ao afirmar que ela se encontra nesta situação porque ela não tem mais “inimigos”, não havendo mais a necessidade de se doutrinar mais em seu favor, e, também, a crise de representatividade coletiva (e não individual, de cada pessoa) que faz com que os grupos sociais não se sintam representados devidamente pelos políticos. De qualquer forma, segundo Tavares (2006), esta ausência de inimigos não está relacionada à existência de um projeto único, de um consenso, ou mesmo de uma teoria acabada de democracia. O que realmente acontece, a despeito da propalada “crise” da democracia é o não entendimento por parte da academia da transformação da configuração da representação política, introduzindo a mídia e novas formas de mediação no contexto democrático (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006).

De forma complementar, há a definição da democracia em referência a qualidade de seu conteúdo. Neste sentido, segundo Moisés (2010b, p. 278-279):

No caso da democracia, espera-se que esse regime seja capaz de satisfazer as expectativas dos cidadãos quanto à missão que eles atribuem aos governos (qualidade de resultados); confia-se que ele assegurará aos cidadãos e às suas associações o gozo de amplas liberdades e de igualdade políticas necessárias para que possam alcançar suas aspirações ou interesses (qualidade de conteúdo); e conta-se que suas instituições permitirão, por meio de eleições e de mecanismos de *checks and balances*, que os cidadãos avaliem e julguem o desempenho de governos e de representantes (qualidade de procedimentos). Instituições e procedimentos são vistos, neste caso, como meios de realização de princípios, conteúdos e resultados esperados pela sociedade do processo político que envolve a governança democrática. Com base nos pressupostos anteriores, Diamond e Morlino (2004) identificaram oito dimensões segundo as quais a qualidade da democracia pode variar. As cinco primeiras correspondem a regras de procedimentos, embora também sejam relativas ao seu conteúdo: o primado da lei, a participação e a competição políticas, e as modalidades de *accountability* (vertical, social e horizontal); as duas seguintes são essencialmente substantivas: de um lado, o respeito por liberdades civis e os direitos políticos e, de outro, como consequência do anterior, a progressiva implementação da igualdade política e de seus correlatos, como a igualdade social e econômica; por último, é mencionado um atributo que integra procedimentos a conteúdos, ou seja, a responsividade de governos e dos representantes, por meio do que os cidadãos podem avaliar e julgar se as políticas públicas, assim como o funcionamento prático do regime (leis, instituições, procedimentos e estrutura de gastos públicos) correspondem aos seus interesses e preferências. Embora esta perspectiva defina a democracia fundamentalmente em termos dos seus princípios e conteúdos mais importantes, fica claro que ela integra procedimentos institucionais e conteúdos, sem deixar de se referir aos resultados práticos do regime por meio do pressuposto de que a igualdade social e econômica pode ser alcançada se e quando a igualdade política seja efetiva.

Ainda, como uma ressalva acautelatória, é necessário trazer à tona que, conforme Dalton, Shin e Jou (2007), a consolidação do regime democrático exige mais do que a importante definição do conceito de democracia, seus valores e princípios. Segundo Moisés (2010b, p. 302):

O funcionamento do sistema democrático, assim como a sua qualidade, exige o envolvimento público com as instituições e o acompanhamento dos cidadãos –

através da mídia, de partidos e de associações da sociedade civil - do desempenho de governos e do poder público. No caso brasileiro, o paradoxo representado por níveis elevados de contínua desconfiança dos cidadãos das instituições políticas poderia se constituir em um fator desfavorável para isso, uma vez que a desconfiança está associada com os déficits de funcionamento das instituições democráticas (MOISÉS, 1995; 2008b).

Trazendo à tona os conceitos exarados e entendidos como mais adequados a este contexto, a dificuldade de se definir um entendimento definitivo sobre o que é democracia persiste. A classificação das diversas correntes da teoria democrática não é única e as diferenças entre as propostas de classificação já indicam a inexistência de um consenso (TAVARES, 2006). Para Miguel (2005, p. 12), “de fato, não há uma taxonomia ‘correta’ - elas são apenas menos ou mais úteis, de acordo com a contribuição que podem dar para a compreensão da teoria democrática”. Haja vista Tavares (2006), Ribeiro (2012) e Marques (2008), esse artigo não tem o objetivo de escolher uma única abordagem de democracia de forma cabal, mas entende, finalmente, que “(...) a ideia de democracia é constituída por um conjunto de valores que ressaltam aspectos distintos, tais como transparência, visibilidade, liberdades políticas e participação” (MARQUES, 2008, p.24).

### **3. Método de pesquisa**

A pesquisa deste artigo é exploratória. Foram aplicados questionários fechados de autopreenchimento de forma presencial para 29 universitários de 1º semestre do curso de Ciências Sociais noturno da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e 13 universitários de 1º semestre do curso de Administração noturno da Fundação de Ensino Superior da Região Centro-Sul - FUNDASUL. Desta forma, a unidade de análise é composta pelos 29 estudantes da UFRGS na cidade de Porto Alegre – RS e de 13 estudantes da FUNDASUL na cidade de Camaquã – RS, totalizando 42 estudantes. A pesquisa não era de resposta obrigatória, por isto houve variação entre os alunos totais e os respondentes, mas em cada universidade foram abordados todos os alunos presentes em até 3 disciplinas diferentes, buscando alcançar o maior número de alunos possíveis.

O questionário aplicado aos estudantes universitários foi dividido em questões sociodemográficas (Cidade de Moradia, Sexo, Categoria Racial, Data de Nascimento, Se Exerce Atividade Remunerada e Faixa de Renda Familiar) e conceituais, utilizando Latinobarómetro (2011) e Moisés (2010b) como base para perguntas acerca do conceito de democracia e sua relação com valores pessoais. Ainda, de acordo com Moisés (2010b, p. 280), “na tradição brasileira de estudos de cultura política, as opiniões e as atitudes quanto ao regime democrático têm sido medidas preferencialmente por estímulos nominais diretos, isto é, por perguntas fechadas ou estruturadas que mencionam a palavra democracia”.

A coleta de dados do questionário foi feita entre 12/04/2014 e 25/04/2014, de forma presencial, via formulário impresso e diretamente a todos os alunos das turmas de 1º semestre pesquisadas. Foram escolhidas turmas de calouros em ambas graduações como forma de evitar distorções e possibilitar comparações entre as instituições entre os grupos escolhidos. Além disto, o critério de acessibilidade foi utilizado, sendo a FUNDASUL instituição onde o pesquisador ministra aulas e a UFRGS universidade onde também é aluno.

A análise é através da técnica de análise estatística descritiva. A partir disto, a pesquisa mostra o que é valorizado pelos universitários pesquisados quando se fala em democracia.

#### 4. Apresentação e discussão dos resultados

Tendo como esteio os questionários aplicados e recolhidos, diversos dados foram coletados e aqui estão analisados, começando pelo perfil dos estudantes, as conceituações por universidade (UFRGS e FUNDASUL) e as inter-relações encontradas. Estes dados objetivam entender os grupos sociais dos estudantes e buscar alguma correlação possível para os conceitos, valores e princípios democráticos estudados em relação aos indivíduos pesquisados.

Na parte conceitual, com base em Latinobarómetro (2011), a primeira questão (“Com qual dessas três afirmações você concorda mais?”) visa identificar a tendência para a preferência de um regime democrático ou ditatorial, sendo facultada a indecisão por parte dos estudantes. Como respostas foram colocadas como alternativas “A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”, “Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático”, “Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura” e “Não Sabe/Não Declarado”.

Já para as questões fechadas posteriores, a partir de Moisés (2010b), de cunho normativo e funcionalista, a efetividade da adesão à democracia transparece pelo estímulo aos entrevistados a dizer a que princípios, direitos e valores eles associavam a noção de democracia. Foram questionados, a seguir, nesta ordem: “Você acha que a democracia tem a ver com direito de escolher o governo através de eleições?”, “Você acha que a democracia tem a ver com liberdades políticas de organização e expressão (sind., movimentos, etc.)?”, “Você acha que a democracia tem a ver com igualdade social?”, “Você acha que a democracia tem a ver com igualdade perante a lei?”, “Você acha que a democracia tem a ver com fiscalização do governo p/ Congresso e Tribunais de Justiça?”, “Você acha que a democracia tem a ver com menos corrupção e tráfico de influência?”, “Você acha que a democracia tem a ver com o Governo como provedor de saúde, emprego, educação, etc.”, “Você acha que a democracia tem a ver com igualdade de direitos p/ as mulheres?” e “Você acha que a democracia tem a ver com liberdade em questões morais e sexuais?”. Como alternativas a todas as questões foram colocadas as opções “Muito a ver”, “Tem a ver”, “Pouco a ver”, “Não tem a ver” e “Não Sabe/Não Declarado”.

Da mesma forma que no estudo de Moisés (2010b, p. 286), a intenção, com estas questões, foi a de “testar com a menção de elementos conceituais mais estruturados a percepção do público quanto a diferentes dimensões do regime democrático”.

Nas seções abaixo, estão analisados com maior detalhe o perfil geral dos estudantes, as conceituações por universidade e as respectivas inter-relações entre os grupos de análise e a sociedade em geral.

##### 4.1. Perfil dos Sujeitos Investigados

Os alunos da UFRGS e da FUNDASUL são, majoritariamente de Porto Alegre (76%) e de Camaquã (69%), respectivamente<sup>2</sup>, tendo respondido à pesquisa 42 estudantes, destes 20 homens e 21 mulheres (1 não declarado)<sup>3</sup>.

Em relação ao recorte racial, os respondentes são brancos (35 indivíduos - 85,50%), pretos (3 - 7,5%) e pardos (4 - 7%)<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> UFRGS: Porto Alegre, 22 alunos, Viamão e Gravataí, 2; Canoas, Guaíba e Esteio, 1. FUNDASUL: Camaquã, 9 alunos; Tapes, Arambaré, Dom Feliciano e Sertão Santana, 1. Fonte: dados da pesquisa.

<sup>3</sup> UFRGS: Masculino/Homem (13 alunos, 45%), Feminino/Mulher (15, 52%), Outro (0, 0%) e Não Sabe/Não Declarado (1, 3%). FUNDASUL: Masculino/Homem (7 alunos, 54%), Feminino/Mulher (6, 46%), Outro (0, 0%) e Não Sabe/Não Declarado (0, 0%). Fonte: dados da pesquisa.

A faixa etária dos participantes ficou, em sua maioria, no âmbito de 18 a 25 anos (28 indivíduos - 67,50%), na faixa de até 17 anos (6 indivíduos - 12,50%) e de 26 a 30 anos (4 indivíduos - 11%)<sup>5</sup>.

Para a questão de o acadêmico exercer atividade remunerada, grande parte dos estudantes a exercem (28 indivíduos - 72%), havendo boas diferenças entre as universidades, já que na UFRGS, 59% (17 alunos) trabalham com remuneração contra 85% (11) da FUNDASUL. Neste sentido, por fim, para a faixa de renda familiar dos estudantes, a grande concentração está na faixa de R\$1.734,01 a R\$7.475,00 (15 alunos na UFRGS - 52%, 8 na FUNDASUL - 62% - e total de 23 indivíduos) e de R\$1.085,01 a R\$1.734,00 (5 alunos da UFRGS - 17%, e 5 da FUNDASUL - 38% e total de 10 indivíduos)<sup>6</sup>.

A partir destes dados levantados, se objetivou explicitar o perfil dos acadêmicos entrevistados em geral e por curso/universidade, trazendo possibilidades de recortes epistemológicos e de análise para esta e futuras pesquisas. Nas repartições seguintes, analiso os conceitos sobre democracia em cada contexto específico.

#### *4.2. As conceituações dos universitários porto-alegrenses (UFRGS) e camaquenses (FUNDASUL)*

Com base nos dados coletados, diversas colocações podem ser feitas sobre o conceito de democracia entendido pelos estudantes da UFRGS. Para a primeira questão do eixo conceitual - “Com qual dessas três afirmações você concorda mais?”, 79% (23) dos entrevistados acreditam que “a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”, restando 7% (2) para os que entendem que “em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático”, 3% (1) para “tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura” e 10% (3) para “não sabe/não declarado”. Esta pergunta busca identificar a tendência democrática/autocrática dos respondentes e a sua adesão aos respectivos regimes. Desta forma, fica muito claramente demonstrado que mais de  $\frac{3}{4}$  (79%) são favoráveis à democracia, contra 21% das outras opções.

Já na FUNDASUL, algumas conclusões podem ser tiradas sobre o conceito de democracia entendido pelos estudantes. Para a primeira questão do eixo conceitual - “Com qual dessas três afirmações você concorda mais?”, 85% (11) dos entrevistados acreditam que “a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”, deixando 0% (0) para os que entendem que “em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático”, 8% (1) para “tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura” e 8% (1) para “não sabe/não declarado”. Portanto, fica demonstrado que mais de  $\frac{3}{4}$  (85%) são favoráveis à democracia, contra 15% das outras opções. Neste caso, comparando com a outra universidade, há uma maior adesão à democracia (6% a mais), entretanto, sem ser significativo em face a quantidade de pessoas pesquisadas.

No agregado, fica reforçada a adesão à democracia ao ter o apoio à primeira alternativa de resposta por parte de 81% dos estudantes pesquisados. Ao comparar estes dados

---

<sup>4</sup> UFRGS: Branca (23 alunos, 79%), Preta (2, 7%), Parda (4, 14%), Amarela, Indígena e Não Sabe/Não Declarado (0, 0%). FUNDASUL: Branca (12 alunos, 92%), Preta (1, 8%), Parda, Amarela, Indígena e Não Sabe/Não Declarado (0, 0%).

<sup>5</sup> UFRGS: De 0 a 17 anos (5 alunos, 17%), de 18 a 25 anos (19, 66%), de 26 a 30 anos (2, 7%), de 41 a 50 anos (2, 7%), de 51 a 60 anos (1, 3%) e de 31 a 40 e acima de 70 anos (0, 0%). FUNDASUL: De 0 a 17 anos (1 aluno, 8%), de 18 a 25 anos (9, 69%), de 26 a 30 anos (2, 15%), de 36 a 40 anos (1, 8%) e de 31 a 35 anos e de 41 até acima de 70 anos (0, 0%).

<sup>6</sup> UFRGS: Acima de R\$9.745,00 (2 alunos, 7%), de R\$7.475,01 a R\$9.745,00 (3, 10%), de R\$0,00 a R\$1.085,00 (3, 10%) e Não Sabe/Não Declarado (1, 3%). FUNDASUL: Acima de R\$9.745,00, de R\$7.475,01 a R\$9.745,00, de R\$0,00 a R\$1.085,00 e Não Sabe/Não Declarado (0, 0%).

com um histórico de pesquisas analisadas por Moisés (2010b)<sup>7</sup>, ilustrados na Tabela 1, é possível identificar um crescente no apoio à democracia frente a autocracia.

Tabela 1: Preferência por regime político no Brasil - resposta estimulada (%) – 1989 – 2014

	1989	1990	1993	1997	2006	2006	2014
Democracia	43,6	54,7	57,9	56,1	64,8	71,4	81
Ditadura	19,4	16,7	13,7	12,3	13,5	14,2	4,75
Indiferença	21,3	17,1	13,7	16,9	16,9	6,9	4,75
NS/NR	15,7	11,5	14,7	14,7	4,8	7,6	9,5

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de Moisés (2010b) e Dados de Pesquisa, 2014.

Como uma ressalva a esta comparação entre universos e públicos distintos, fica aqui entendido que o objetivo não era igualar e comparar objetivamente pesquisas com grupos sociais, amostras e públicos pesquisados distintos (eleitores em nível nacional *versus* estudantes universitários), mas apenas contribuir para o debate e ilustrar, de forma exploratória, alguma eventual discrepância ou tendência da população em geral frente aos grupos aqui pesquisados.

Para as questões seguintes, baseadas em Moisés (2010b) e atinentes a efetividade da aderência para a democracia, houve uma diversidade de respostas entre as questões e as universidades, conforme ilustrado na Tabela 2, para os universitários da UFRGS, na Tabela 3, para os da FUNDASUL, na Tabela 4, para o percentual agregado, na Tabela 5, para as diferenças entre dados de 2014 e 2006 e na Tabela 6, para as diferenças entre as universidades.

Tabela 2: Conteúdos associados com a democracia - resposta estimulada (%) – UFRGS

Você acha que a democracia tem a ver com	UFRGS				NS/NR
	Muito a ver	Tem a ver	Pouco a ver	Não tem a ver	
Direito de escolher o governo através de eleições	38	41	14	7	0
Liberdades políticas de organização e expressão (sind., movimentos, etc.)	52	41	3	3	0
Igualdade social	34	41	17	7	0
Igualdade perante a lei	45	21	28	7	0
Fiscalização do governo pelo Congresso e Tribunais de Justiça	24	31	17	14	14
Menos corrupção e tráfico de influência	17	28	34	21	0
Governo como provedor de saúde, emprego, educação, etc	24	24	28	21	3
Igualdade de direitos para as mulheres	52	28	17	3	0
Liberdade em questões morais e sexuais	52	28	17	3	0

Fonte: Dados de Pesquisa, 2014.

<sup>7</sup> De forma geral, as pesquisas de Moisés foram baseadas em *surveys* nacionais, em área urbana e rural, realizados por amostragem estratificada, com sorteio aleatório, sendo o conjunto do eleitorado do país tomado como universo.

Tabela 3: Conteúdos associados com a democracia - resposta estimulada (%) – FUNDASUL

<b>Você acha que a democracia tem a ver com</b>	<b>FUNDASUL</b>				
	Muito a ver	Tem a ver	Pouco a ver	Não tem a ver	NS/NR
Direito de escolher o governo através de eleições	31	69	0	0	0
Liberdades políticas de organização e expressão (sind., movimentos, etc.)	38	54	0	8	0
Igualdade social	23	46	31	0	0
Igualdade perante a lei	31	54	15	0	0
Fiscalização do governo pelo Congresso e Tribunais de Justiça	8	62	15	8	8
Menos corrupção e tráfico de influência	15	31	46	0	8
Governo como provedor de saúde, emprego, educação, etc	38	31	23	8	0
Igualdade de direitos para as mulheres	31	46	15	8	0
Liberdade em questões morais e sexuais	31	38	23	8	0

Fonte: Dados de Pesquisa, 2014.

Tabela 4: Conteúdos associados com a democracia - resposta estimulada (%) – TOTAL

<b>Você acha que a democracia tem a ver com</b>	<b>TOTAL</b>				
	Muito a ver	Tem a ver	Pouco a ver	Não tem a ver	NS/NR
Direito de escolher o governo através de eleições	36	26	10	5	0
Liberdades políticas de organização e expressão (sind., movimentos, etc.)	48	45	2	5	0
Igualdade social	31	43	21	5	0
Igualdade perante a lei	40	31	24	5	0
Fiscalização do governo pelo Congresso e Tribunais de Justiça	19	40	17	12	12
Menos corrupção e tráfico de influência	17	29	38	14	2
Governo como provedor de saúde, emprego, educação, etc	29	26	26	17	2
Igualdade de direitos para as mulheres	45	33	17	5	2
Liberdade em questões morais e sexuais	45	31	19	5	0

Fonte: Dados de Pesquisa, 2014.

Preliminarmente, o estudo de Moisés (2010b) sugere algumas reflexões que servem para este estudo, já que, a partir de quase vinte anos de estudos em análise, os brasileiros confirmam uma crescente adesão à democracia, ao combinarem o conceito normativo da democracia com outro de natureza pragmático, mais atrelado à função das instituições. Moisés (2010b) coloca ainda que:

As definições de democracia dos brasileiros são influenciadas por alguns valores da cultura política e por sua percepção a respeito do desempenho das instituições, mas chama a atenção que, incluídas nos modelos de análise, as variáveis de avaliação do desempenho da economia e do governo do dia não se mostrem importantes para explicar as respostas dos entrevistados. As definições envolvendo as duas dimensões mais importantes do conceito de democracia - liberdades e procedimentos - são determinadas basicamente por valores e outros fatores políticos, como a avaliação da situação da corrupção e das instituições em geral, a escolaridade e a influência das informações transmitidas pela mídia. Da perspectiva da abordagem da qualidade da democracia isso significa que, no Brasil, a democracia é vista sim como expressão

de procedimentos institucionais – a exemplo da participação em eleições, mas ao mesmo tempo como uma construção referida também a princípios e valores do regime, como as liberdades, que distinguem claramente o processo democrático das alternativas autoritárias (MOISÉS, 2010b, p. 302).

Em termos gerais, houve diferenças entre as opiniões dos grupos distintos. É importante ilustrar que, assim como no estudo base (MOISÉS, 2010b), as questões buscavam trazer respostas sobre os conceitos democráticos (funcionalista) e sobre questões relativas a qualidade desta democracia (liberdades). Da mesma forma que em Moisés (2010b), os indicadores encontrados demonstram como os cidadãos definem o regime democrático quando são estimulados a fazer isso.

Ao comparar os resultados desta pesquisa com Moisés (2010b), que trouxe dados de estudos ao longo de 20 anos (1993 e 2006), algumas diferenças foram notadas. Em Moisés (2010b), a grande maioria das respostas dos entrevistados acerca das liberdades e procedimentos do regime foram influenciadas, dentre outras coisas, por valores políticos como a rejeição de alternativas autoritárias, o reconhecimento do papel das instituições de representação, o interesse pela vida pública e a participação política. Nesta pesquisa, com o somatório dos universitários, houve a mesma tendência, porém com menor radicalidade, gerando menor concentração em quase todas as questões no quesito “Muito a ver” para uma centralização nos conceitos “Tem a ver” e “Pouco a ver”, conforme Tabela 5.

Tabela 5: Conteúdos associados com a democracia - resposta estimulada (%) – diferenças entre dados de 2014 e 2006

Você acha que a democracia tem a ver com	DIFERENÇA (2014 - 2006)				
	Muito a ver	Tem a ver	Pouco a ver	Não tem a ver	NS/NR
Direito de escolher o governo através de eleições	-21,89	-5,71	5,82	-0,14	-1,90
Liberdades políticas de organização e expressão (sind., movimentos, etc.)	-0,58	10,14	-4,92	-1,14	-3,50
Igualdade social	-19,85	12,16	13,03	-2,24	-3,00
Igualdade perante a lei	-11,42	1,25	15,21	-2,04	-2,90
Fiscalização do governo pelo Congresso e Tribunais de Justiça	-25,95	8,48	6,07	4,10	7,30
Menos corrupção e tráfico de influência	-23,63	-2,63	27,60	0,49	-1,82
Governo como provedor de saúde, emprego, educação, etc	-27,03	-6,11	20,89	12,27	0,08
Igualdade de direitos para as mulheres	-8,76	0,83	10,47	-0,04	-0,12
Liberdade em questões morais e sexuais	0,94	-2,45	9,65	-3,74	-4,40

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de Dados de Pesquisa, 2014 e Moisés (2010b).

Chama a atenção as diferenças no “Muito a ver” acima de 23% contrabalançadas com o “Tem a ver” e o “Pouco a ver” em questões que refletem a institucionalidade da democracia (“Fiscalização do governo pelo Congresso e Tribunais de Justiça”, “Governo como provedor de saúde, emprego, educação, etc” e “Menos corrupção e tráfico de influência”). No contexto atual, esta variação pode-se dever à insatisfação do povo a partir da volta da inflação, dos protestos de 2013 e a realização da Copa do Mundo no país em 2014. Também pode ter relação com o maior nível informacional e cultural dos universitários frente ao todo da população, gerando maior criticidade frente a política e as questões democráticas.

Já para as questões de direitos e igualdade (“Igualdade social”, “Igualdade perante a lei” e “Igualdade de direitos para as mulheres”), há uma variação de até 20% entre as pesquisas, no quesito “Muito a ver”. Entretanto, é possível acreditar que ou é uma variação

estatística gerada frente ao menor número de entrevistados, ou também uma relação com o perfil dos entrevistados, em especial o de educação e renda.

Por fim, para a questão eleitoral (“Direito de escolher o governo através de eleições”), de uma vertente institucional e de direitos, é significativa a diferença de quase 22% negativos no quesito “Muito a ver”, já que pode demonstrar uma fragilidade da ideia do voto pelo povo no contexto democrático. Entende-se que isto pode não indicar necessariamente que a autocracia é a preferência, já que, conforme perguntado, a grande maioria acredita que “a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”, entretanto pode estar ligada a um descrédito na via eleitoral e na classe política, ou seja, na democracia representativa, como alternativa de construção do bem-estar individual e social.

Já ao fazer o confronto dos dados entre as universidades, houve algumas diferenças em percentuais bem significativas, a depender da opção de resposta e da pergunta respondida. Os dados, conforme Tabela 6, no geral, também ilustraram a tendência de os alunos da UFRGS responderem mais “Muito a ver” e “Não tem a ver” em relação aos da FUNDASUL. Isto indica uma maior “radicalidade” dos estudantes da universidade pública contra uma maior “centralidade” democrática (em relação a valores e instrumentos) dos alunos da universidade privada do interior. Esta situação, ainda, poderia indicar um viés político-ideológico diferenciado entre os grupos sociais estudados de cada instituição.

Tabela 6: Conteúdos associados com a democracia - resposta estimulada (%) – diferenças entre universidades

Você acha que a democracia tem a ver com	DIFERENÇA (UFRGS X FUNDASUL)				
	Muito a ver	Tem a ver	Pouco a ver	Não tem a ver	NS/NR
Direito de escolher o governo através de eleições	-7,00	28,00	-14,00	-7,00	0,00
Liberdades políticas de organização e expressão (sind., movimentos, etc.)	-14,00	13,00	-3,00	5,00	0,00
Igualdade social	-11,00	5,00	14,00	-7,00	0,00
Igualdade perante a lei	-14,00	33,00	-13,00	-7,00	0,00
Fiscalização do governo pelo Congresso e Tribunais de Justiça	-16,00	31,00	-2,00	-6,00	-6,00
Menos corrupção e tráfico de influência	-2,00	3,00	12,00	-21,00	8,00
Governo como provedor de saúde, emprego, educação, etc	14,00	7,00	-5,00	-13,00	-3,00
Igualdade de direitos para as mulheres	-21,00	18,00	-2,00	5,00	0,00
Liberdade em questões morais e sexuais	-21,00	10,00	6,00	5,00	0,00

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de Dados de Pesquisa, 2014.

Ainda, interessa destacar que apenas na questão institucional de concordar que a democracia tem a ver com o governo ser provedor de saúde, emprego e educação os alunos da capital responderam menos “Muito a ver” (em migração provável para o “Não tem a ver”) do que em relação aos alunos da FUNDASUL. Esta perspectiva pode indicar uma resistência dos alunos federais para o conceito de Estado como centralizador de políticas públicas.

Como um paralelo, os resultados alcançados neste estudo vão ao encontro do que foi encontrado por Amorim e Dias (2012), ao falarem que “do ponto de vista da institucionalidade política, a qualidade da democracia no Brasil tem sido avaliada positivamente, mas do ponto de vista dos seus conteúdos e da efetividade de seus resultados, a democracia ainda não alcançou medidas qualitativas mais substantivas”. Neste caso, a qualidade citada pelas autoras, para a análise desta pesquisa, está mais ligada à preferência pelo regime democrático ao autoritário e ao direito às eleições livres e regulares.

Também é importante buscar vislumbrar, a partir das respostas à esta pesquisa, o que Norris (1999) chamou de cidadãos críticos, ao analisar casos de democracias consolidadas. Embora os estudantes tenham referendado a democracia como uma via preferencial, legitimando-a, não se mantiveram alheios aos seus problemas estruturais e de qualidade, traduzidos a partir de respostas não assertivas às questões sobre os conteúdos da democracia.

De modo geral, os dados alertam para uma mudança no pensamento democrático. Este indicativo pode, obviamente, ser um viés dos grupos selecionados para a pesquisa, os universitários, mas também pode vislumbrar uma tendência para a população em geral, em virtude do possível maior esclarecimento médio dos estudantes em relação ao todo.

## 5. Considerações finais

A partir do contexto analisado, diversas colocações podem ser feitas acerca dos princípios, valores e conceitos acerca da democracia no contexto universitário pesquisado. Comparativamente a este estudo, conclusões diferentes foram alcançadas ao analisar o público estudantil da UFRGS e da FUNDASUL em relação a Moisés (2010b), com a ressalva do tamanho da amostra em relação ao número total de estudantes e aos públicos e metodologias distintas. Entretanto, o que há concordância geral aqui e no estudo de Moisés (2010b), utilizando-se de Latinobarómetro (2011), é que a aderência dos cidadãos ao regime despótico/ditatorial é rejeitada por mais de 80% do público, negando opções como a volta dos militares ao poder ou o estabelecimento de um sistema de partido único, índice similar ao encontrado e analisado neste artigo. Neste quesito, há um indicativo de tendência histórica de crescimento do apoio à democracia, mesmo em comparação com a sociedade em geral e com as devidas limitações metodológicas.

De qualquer forma, a comparação metodologicamente aqui colocada é entre as universidades UFRGS e FUNDASUL, ressaltando a dicotomia “pública x privada” e a diferença entre os cursos escolhidos, mantendo a igualdade de semestre (entrância), conforme ilustrado na metodologia. Neste caso, foram encontradas diferenças nos resultados colhidos no que se refere a uma tendência mais radical ou central perante aos valores e princípios democráticos de acordo com os grupos estudados. De modo geral, não se observou uma rejeição aos valores e princípios democráticos, mas um aumento da criticidade em relação a como o regime democrático está estabelecido e gera seus frutos para a sociedade.

Como uma proposição de pesquisa, com base no exposto aqui neste artigo, há de se trabalhar, primeiramente, na ampliação do público pesquisado, buscando-se diluir diferenças setoriais e aumentar a assertividade da pesquisa. Também pode ser trabalhado o conceito de democracia de forma aberta, analisando as representações sociais decorrentes. Ainda, pode-se atuar no entendimento mais profundo de como grupos sociais distintos entendem o conceito democrático e de que modo isto interfere na construção do conceito por outros grupos, dentre outras questões pertinentes. Por fim, mas não como única última opção, há a proposta de se entender como o conceito do regime democrático de servidores públicos interfere na qualidade e na prestação de serviço para a população e como isto interfere nos valores e entendimentos percebidos pela própria população.

Dado o exposto neste artigo, espera-se que este seja uma referência teórica inicial e que estimule futuras investigações nesta área da ciência política.

## Referências

- AMORIM, Maria Salete Souza de; DIAS, Rodrigo Rodrigues. Dimensões teóricas e práticas da qualidade da democracia. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.6 n.3, p. 79-96, set.-dez. 2012.
- ARENDRT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.
- ARISTÓTELES. *A política*. 3. ed. São Paulo: Atena, 1950.

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova** [online], n.50, p. 25-46, 2000.

BAQUERO, Marcello. A cultura política na agenda da democratização na América latina. In: BAQUERO, Marcello (Org). Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

BOBBIO, Norberto. **¿Qué socialismo?** Barcelona: Plaza & Janés, 1986.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. 8. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: UNB, 2009.

DALTON, Russell J.; SHIN, Doh C.; JOU, Willy. Understanding democracy: data from unlikely places. **Journal of Democracy**, v. 18, n. 4, p. 142-156, 2007.

FEDOZZI, Luciano. **O Eu e os Outros: participação e transformação da consciência moral e cidadania**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2008.

GHANEM, Elie. **Educação escolar e democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica / Ação Educativa, 2004.

GONÇALVES, Gêuda A. da C; CÂNDIDO, Gesinaldo A. Democracia deliberativa e gestão de políticas públicas: a experiência do orçamento participativo no município de Campina Grande – PB. **Ariús**, Campina Grande, v. 16, n. 1/2, p. 158 - 171, jan./dez. 2010.

GUGLIANO, Alfredo A. Democracia, participação e deliberação. Contribuições ao debate sobre possíveis transformações na esfera democrática. **Civitas**, v. 4, n. 2, p. 257-283, Porto Alegre: jul-dez. 2004.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. O que significa democracia deliberativa. Tradutor: Bruno Oliveira Maciel; revisor técnico: Pedro Buck. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais - RBEC, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 17-78, 2007.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova** [online], n.36, pp. 39-53, 1995.

IBGE. **Porto Alegre**, 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/232N8>>. Acesso em: 31 de mar. 2014.

IBGE. **Porto Alegre**, 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/53O>>. Acesso em: 31 de mar. 2014b.

LATINOBARÓMETRO. **Cuestionario 2011, 2011**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 49-103, 2006.

LINZ, J. J. and STEPAN, A. **Problems of Democratic Transition and Consolidation**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. **PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa**, n.º 33, Novembro 2002.

MARQUES, Francisco P. J. A. Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo de caso do estado brasileiro. **Tese de doutorado**. UFBA, BAHIA, 2008.

MARTINS, Antônio M. Teorias da Democracia. **Revista Filosófica de Coimbra**, n.º 11, p. 85-100, 1997.

MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria democrática atual: esboço de mapeamento**. BIB, São Paulo. n.º 59, p. 5-42, 1.º semestre de 2005.

MOISÉS, José Álvaro. **Os Brasileiros e a Democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

MOISÉS, José Álvaro (Org.) **Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Edusp, 2010.

MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 16, n.º 2, p.269-309, Novembro, 2010b.

MORLINO, Leonardo. Consolidación democrática: Definición, modelos, hipótesis. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 35, p. 7-61, Jul. - Sep., 1986.

NEUMAN, W. R. **The Paradox of Mass Politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

NORRIS, Pippa (Org.). **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Eds.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Teorias da Democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUC, 2004.

PLATÃO. **A república**. 5. Ed. São Paulo: Atena, 1955.

RIBEIRO, Mariana Maia. **As relações entre governo e sociedade civil através da web: modelos de relacionamento na esfera pública virtual**. 2012. 170f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - São Paulo, FGV: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa (ed.). **Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo**. v. 1, [s. l.], Editora Ática,

1994.

SCHMIDT, Manfred G. Der Januskopf der Transformationsperiode. Kontinuität und Wandel der Demokratietheorien. **Serientitel: Politische Vierteljahresschrift**, Sonderheft 26, p. 186-187, 1996.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e política no Brasil**: a socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Sivaldo P. Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. **In**: Rousiley Celi Moreira Maia; Wilson Gomes; Francisco Paulo Jamil Almeida Marques. (Org.). Internet e participação política no Brasil. p. 123-146, Porto Alegre: Sulina, 2011.

SOARES BALESTERO, Gabriela. **O resgate da democracia participativa e deliberativa como mecanismo legitimador do exercício dos poderes estatais**. 2012. 252f. Dissertação (Mestrado em Constitucionalismo e Democracia) - Faculdade de Direito do Sul de Minas. Programa de Pós-graduação, Pouso Alegre – MG, 2012.

SOUZA, Luciana da Costa e. Democracia: representativa, deliberativa ou participativa? O espaço dos conselhos neste debate. **Saber Acadêmico**. n.º 10, Dez. 2010.

TAVARES, Paulo de Tarso Sant'Anna. **Os modelos de participação popular no estado do Rio Grande do Sul**: as experiências do orçamento participativo (OP) e do processo de participação popular (PPP). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. 3. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

TOURAINÉ, Alain. **O que é democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

UGARTE, David de. **O Poder das Redes**: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo. 1.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

VITULLO, Gabriel Eduardo. Saindo do marasmo acadêmico: reflexões sobre cultura política e as teorias da democracia participativa. **In**: BAQUERO, Marcello (org) Desafios da democratização na América Latina. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; Centro Universitário La Salle, 1999.

YOUNG, Iris. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.